

**O debate deve ser centrado em prioridades:
só com emprego se pode reconstruir a economia**

Estamos a atravessar uma das mais severas crises económicas globais de sempre. Na sua origem está uma combinação letal de desigualdades, de especulação financeira, de mercados mal regulados e de escassa capacidade política. A contracção da procura é agora geral e o que parece racional para cada agente económico privado – como seja adiar investimentos porque o futuro é incerto, ou dificultar o acesso ao crédito, porque a confiança escasseia – tende a gerar um resultado global desastroso.

É por isso imprescindível definir claramente as prioridades. Em Portugal, como aliás por toda a Europa e por todo o mundo, o combate ao desemprego tem de ser o objectivo central da política económica. Uma taxa de desemprego de 10% é o sinal de uma economia falhada, que custa a Portugal cerca de 21 mil milhões de euros por ano – a capacidade de produção que é desperdiçada, mais a despesa em custos de protecção social. Em cada ano, perde-se assim mais do que o total das despesas previstas para todas as grandes obras públicas nos próximos quinze anos. O desemprego é o problema. Esquecer esta dimensão é obscurecer o essencial e subestimar gravemente os riscos de uma crise social dramática.

A crise global exige responsabilidade a todos os que intervêm na esfera pública. Assim, respondemos a esta ameaça de deflação e de depressão propondo um vigoroso estímulo contracíclico, coordenado à escala europeia e global, que só pode partir dos poderes públicos. Recusamos qualquer política de facilidade ou qualquer repetição dos erros anteriores. É necessária uma nova política económica e financeira.

Nesse sentido, para além da intervenção reguladora no sistema financeiro, a estratégia pública mais eficaz assenta numa política orçamental que assuma o papel positivo da despesa e sobretudo do investimento, única forma de garantir que a procura é dinamizada e que os impactos sociais desfavoráveis da crise são minimizados. Os recursos públicos devem ser prioritariamente canalizados para projectos com impactos favoráveis no emprego, no ambiente e no reforço da coesão territorial e social: reabilitação do parque habitacional, expansão da utilização de energias renováveis,

modernização da rede eléctrica, projectos de investimento em infra-estruturas de transporte úteis, com destaque para a rede ferroviária, investimentos na protecção social que combatam a pobreza e que promovam a melhoria dos serviços públicos essenciais como saúde, justiça e educação.

Desta forma, os recursos públicos servirão não só para contrariar a quebra conjuntural da procura privada, mas também abrirão um caminho para o futuro: melhores infra-estruturas e capacidades humanas, um território mais coeso e competitivo, capaz de suportar iniciativas inovadoras na área da produção de bens transaccionáveis.

Dizemo-lo com clareza porque sabemos que as dúvidas, pertinentes ou não, acerca de alguns grandes projectos podem ser instrumentalizadas para defender que o investimento público nunca é mais do que um fardo incomportável que irá recair sobre as gerações vindouras. Trata-se naturalmente de uma opinião contestável e que reflecte uma escolha político-ideológica que ganharia em ser assumida como tal, em vez de se apresentar como uma sobranceira visão definitiva, destinada a impor à sociedade uma noção unilateral e pretensamente científica.

Ao contrário dos que pretendem limitar as opções, e em nome do direito ao debate e à expressão do contraditório, parece-nos claro que as economias não podem sair espontaneamente da crise sem causar devastação económica e sofrimento social evitáveis e um lastro negativo de destruição das capacidades humanas, por via do desemprego e da fragmentação social. Consideramos que é precisamente em nome das gerações vindouras que temos de exigir um esforço internacional para sair da crise e desenvolver uma política de pleno emprego. Uma economia e uma sociedade estagnadas não serão, certamente, fonte de oportunidades futuras.

A pretexto dos desequilíbrios externos da economia portuguesa, dizem-nos que devemos esperar que a retoma venha de fora através de um aumento da procura dirigida às exportações. Propõe-se assim uma atitude passiva que corre o risco de se generalizar entre os governos, prolongando o colapso em curso das relações económicas internacionais, e mantendo em todo o caso a posição periférica da economia portuguesa.

Ora, é preciso não esquecer que as exportações de uns são sempre importações de outros. Por isso, temos de pensar sobre os nossos problemas no quadro europeu e global onde nos inserimos. A competitividade futura da economia portuguesa depende também da adopção, pelo menos à escala europeia, de mecanismos de correcção dos desequilíbrios comerciais sistemáticos de que temos sido vítimas.

Julgamos que não é possível neste momento enfrentar os problemas da economia portuguesa sem dar prioridade à resposta às dinâmicas recessivas de destruição de emprego. Esta intervenção, que passa pelo investimento público económica e socialmente útil, tem de se inscrever num movimento mais vasto de mudança das estruturas económicas que geraram a actual crise. Para isso, é indispensável uma nova abordagem da restrição orçamental europeia que seja contracíclica e que promova a convergência regional.

O governo português deve então exigir uma resposta muito mais coordenada por parte da União Europeia e dar mostras de disponibilidade para participar no esforço colectivo. Isto vale tanto para as políticas destinadas a debelar a crise como para o esforço de regulação dos fluxos económicos que é imprescindível para que ela não se repita. Precisamos de mais Europa e menos passividade no combate à crise.

Por isso, como cidadãos de diversas sensibilidades, apelamos à opinião pública para que seja exigente na escolha de respostas a esta recessão, para evitar que o sofrimento social se prolongue.

Carlos Bastien, Economista, Professor Associado, ISEG; **Jorge Bateira**, Economista, doutorando, Universidade de Manchester; **Manuel Branco**, Economista, Professor Associado, Universidade de Évora; **João Castro Caldas**, Engenheiro Agrónomo, Professor Catedrático, Departamento de Economia Agrária e Sociologia Rural do Instituto Superior de Agronomia; **José Castro Caldas**, Economista, Investigador, Centro de Estudos Sociais; **Luis Francisco Carvalho**, Economista, Professor Auxiliar, ISCTE-IUL; **João Pinto e Castro**, Economista e Gestor; **Ana Narciso Costa**, Economista, Professora Auxiliar, ISCTE-IUL; **Pedro Costa**, Economista, Professor Auxiliar, ISCTE-IUL; **Artur Cristóvão**, Professor Catedrático, Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro; **Álvaro Domingues**, Geógrafo, Professor Associado, Faculdade da Arquitectura da Universidade do Porto; **Paulo Areosa Feio**, Geógrafo, Dirigente da Administração Pública; **Fátima Ferreira**, Professora Auxiliar, Departamento de Economia, ISCTE-IUL; **Carlos Figueiredo**, Economista; **Carlos Fortuna**, Sociólogo, Professor Catedrático, Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra; **André Freire**, Politólogo, Professor Auxiliar, ISCTE; **João**

Galamba, Economista, doutorando em filosofia, FCSH-UNL; **Jorge Gaspar**, Geógrafo, Professor Catedrático, Universidade de Lisboa; **Isabel Carvalho Guerra**, Socióloga, Professora Catedrática; **João Guerreiro**, Economista, Professor Catedrático, Universidade do Algarve; **José Manuel Henriques**, Economista, Professor Auxiliar, ISCTE-IUL; **Pedro Hespanha**, Sociólogo, Professor Associado, Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra; **João Leão**, Economista, Professor Auxiliar, ISCTE-IUL; **António Simões Lopes**, Economista, Professor Catedrático, ISEG; **Margarida Chagas Lopes**, Economista, Professora Auxiliar, ISEG; **Raul Lopes**, Economista, Professor Associado, ISCTE-IUL; **Francisco Louçã**, Economista, Professor Catedrático, ISEG; **Ricardo Paes Mamede**, Economista, Professor Auxiliar, ISCTE-IUL; **Tiago Mata**, Historiador e Economista, Universidade de Amsterdão; **Manuel Belo Moreira**, Engenheiro Agrónomo, Professor Catedrático, Departamento de Economia Agrária e Sociologia Rural, Instituto Superior de Agronomia; **Mário Murteira**, Economista, Professor Emérito, ISCTE- IUL; **Vitor Neves**, Economista, Professor Auxiliar, Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra; **José Penedos**, Gestor; **Tiago Santos Pereira**, Investigador, Centro de Estudos Sociais; **Adriano Pimpão**, Economista, Professor Catedrático, Universidade do Algarve; **Alexandre Azevedo Pinto**, Economista, Investigador, Faculdade de Economia da Universidade do Porto; **Margarida Proença**, Economista, Professora Catedrática, Escola de Economia e Gestão, Universidade do Minho; **José Reis**, Economista, Professor Catedrático, Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra; **João Rodrigues**, Economista, doutorando, Universidade de Manchester; **José Manuel Rolo**, Economista, Investigador, Instituto de Ciências Sociais; **António Romão**, Economista, Professor Catedrático, ISEG-UTL; **Ana Cordeiro Santos**, Economista, Investigadora, Centro de Estudos Sociais; **Boaventura de Sousa Santos**, Sociólogo, Professor Catedrático, Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra; **Carlos Santos**, Economista, Professor Auxiliar, Universidade Católica Portuguesa; **Pedro Nuno Santos**, Economista; **Mário Rui Silva**, Economista, Professor Associado, Faculdade de Economia do Porto; **Pedro Adão e Silva**, Politólogo, ISCTE; **Nuno Teles**, Economista, doutorando, School of Oriental and African Studies, Universidade de Londres; **João Tolda**, Economista, Professor Auxiliar, Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra; **Jorge Vala**, Psicólogo Social, Investigador; **Mário Vale**, Geógrafo, Professor Associado, Universidade de Lisboa.